

É INFAME COMPARAR SERVIDORES A PARASITAS

ORLANDO FACCI NETO
Juiz de Direito e presidente da Ajuris
ofneto@tjrs.jus.br



Parasita é um organismo que habita alguém, dele nutrindo-se ou causando-lhe dano. Essa, a definição de manual, calcada na biologia. No Brasil, para o ministro da Economia, parasitas seriam os servidores públicos; hospedeiro, o Estado.

Palavras são símbolos, possuem conteúdo e, ademais de significarem algo para o mundo, dizem muito de quem as pronuncia ou escreve. Vejam que, antes, o mesmo ministro admitira a possibilidade de um novo AI-5 e, mais recentemente, atribuiu a devastação ambiental aos pobres.

Na expressão de agora, sobre a parasitagem, denuncia uma concepção de Estado segundo a qual este, o Estado, possui uma existência real, devendo as pessoas funcionarem conforme o seu benefício. Na teoria política de Carl Schmitt, essa é a ideia central: os indivíduos somente têm validade real na medida em

que suas vidas sejam legitimadas pelo ente estatal. Os disfuncionais, que não servem ao hospedeiro, na linguagem do ministro seriam parasitas.

*Em democracia,
o Estado há de
servir às pessoas,
e não o inverso*

Sucede que as pessoas não vivem em função do Estado, sendo evidentemente autoritária essa forma de o conceber. O tempo demonstrou a que tipo de doutrina vinculava-se Carl Schmitt. Igualmente, os servidores públicos, embora empregados do Estado, servem, perdoem a redundância, ao público, às pessoas, pois compreender tudo e todos como meros elementos de uma concepção de governo, repitamo-nos, sugere aproximação demasiada com algum tipo

de autoritarismo.

Sem contar a deselegância, a falta de contenção verbal. Comparar pessoas a parasitas é infamante, agrava a honra, e nossos servidores públicos merecem respeito. Em variadas atividades, são eles que lecionam em escolas nas mais difíceis condições, que atendem em hospitais muitas vezes destituídos de equipagem adequada, que atuam nas polícias, com riscos à própria vida, para protegerem seus semelhantes.

Também os juízes são, além de agentes políticos, servidores públicos. Nos rincões do país, ou nas capitais, deparam com as mais complexas situações, sobre a liberdade, a família e o patrimônio das pessoas, resolvendo-as em benefício da pacificação social. Servem ao público, não ao Estado.

Porque, em democracia, também o Estado há de servir às pessoas, e não o inverso.

POR QUE “MARIA” NÃO VAI EMBORA DO LAR?

VINÍCIUS DE MELO LIMA
Promotor de Justiça de Torres
viniciuslima@mprs.mp.br



No âmbito das relações humanas, a compreensão da violência de gênero, que pode culminar no feminicídio, é condição de possibilidade para a suspensão dos prejuízos ilegítimos (“em briga de marido e mulher, não se mete a colher”, entre outros), a partir de uma correta aferição dos motivos que, em certos casos, levam ao perdão da vítima ao agressor.

A mulher não quer que o agressor seja punido de maneira incondicional; em realidade, espera que ele mude o seu comportamento, a fim de cessar a violência, em especial na presença dos filhos. Ela não vai embora do lar em função do ciclo da violência doméstica, o que fragiliza o poder de decisão da vítima. A dependência afetiva, emocional e material produz uma espécie de “síndrome de Esto-

colmo”, a impedir que a mulher se liberte e denuncie o agressor às autoridades.

*Romper
o ciclo da
violência
contra
a mulher
não é
tarefa fácil*

Romper o ciclo da violência contra a mulher não é tarefa fácil, haja vista que precisa do engajamento do Estado e dos atores sociais, em uma rede plural e sistêmica. Identificam-se boas práticas em diversas comarcas, a exemplo da capacitação das polícias e dos oficiais de Justiça, a criação dos “grupos reflexivos” com os agressores, programa Sala de Espera, da comarca de Ijuí,

em que as mulheres recebem orientações de natureza jurídica e psicológica antes da audiência judicial, a sala das Margaridas, da Polícia Civil, para o acolhimento das vítimas, a Patrulha Maria da Penha, iniciativa da Brigada Militar para a fiscalização das medidas protetivas, além dos trabalhos desenvolvidos pelo Centro de Referência da Mulher e demais parceiros.

A Justiça Criminal deve “meter a colher”! Que as inúmeras “Marias” tenham o merecido acolhimento por parte das instituições de polícia e de Justiça, a partir de um olhar interdisciplinar em torno da violência doméstica, que não aceita o lugar-comum de que “as coisas são assim mesmo”. É fundamental o compartilhamento de práticas de efetivação da Lei Maria da Penha.

NINGUÉM NOS PASSA

RICARDO FELIZZOLA
CEO do Grupo Parit S/A
@Ric_Felizzola



Liga-se o rádio ou a TV aberta no Brasil e o que vem? Haveria uma expectativa de se ter um complemento educacional, algo valioso que se agregasse à cultura individual. Há música, dá até para achar coisas boas, mas não é o padrão. Há o esporte, quer dizer, o futebol em 90% dos casos, uma paixão que pouco educa, distrai apenas. Há novelas com pouco conteúdo educacional quando não o contrário, há “reality shows” em que uma amostra selecionada do nosso povo tem a oportunidade de mostrar quem somos na prática e dá pra ver o que falta. Ou seja, a média da comunicação aberta no país não ajuda nossa educação. Daí a busca por conteúdo nas redes sociais. Ali há o que aprender para quem não é passivo de uma programação dos meios tradicionais.

Em educação, o Brasil, se não é o último, está ali por perto apesar de todos os recursos que despense: são R\$ 49 bilhões nas universidades federais por ano, R\$ 43 bilhões só em pessoal, com um custo por aluno formado em média entre o dobro e o triplo do custo de uma universidade particular. O total do orçamento do Ministério é algo em torno de R\$ 100 bilhões.

Na educação básica, são investidos pelo governo federal R\$ 24 bilhões, complementados por verba de municípios e Estados. Ou seja, há recursos significativos despendidos pelos contribuintes que deveriam ser compensados com mais retorno para o país. Entenda-se como retorno o nível médio de educação de seu povo que permita a ele conquistar avanços econômicos compatíveis. O conhecimento é o que vale na economia moderna. Dias atrás, um renomado jornalista, em uma palestra, perguntou à plateia o que aconteceria com o Brasil se nossa população fosse trocada com a do Japão. Ele mesmo encaminhou uma resposta: não saberia o que ocorreria com o Japão preenchido por brasileiros, mas com o Brasil, repleto agora de japoneses, se teria em 10 anos a maior potência mundial. A causa óbvia é a diferença de educação entre os povos. Muitos criticaram o jornalista, no entanto, independentemente do nosso orgulho de ser brasileiros, precisamos melhorar, porque passa o tempo e nossa sociedade empobrece por falta de capacidade de acompanhar e processar um mundo de intensas transformações que exige pessoas educadas.

Neste momento, a gestão do processo de educação dos brasileiros é algo decisivo e cabe a todos participar de forma crítica para aprimorá-lo. No entanto, o sistema reage de todas as formas, alegando que o que está aí deve ser mantido. Só que o que está aí “entra em último”, com a vantagem única de que ninguém nos passa...

*Em educação,
o Brasil, se não
é o último,
está ali por
perto, apesar
de todos os
recursos que
despense*

Ricardo Felizzola escreve às terças-feiras, a cada 15 dias. Amanhã: **Ricardo Hingel**, economista